

## 5

### Uma visão prospectiva sobre o laicato a partir da V Conferência Geral da América Latina e Caribe

Antes de ser um texto norteador<sup>358</sup>, o Documento de Aparecida traduz todo um processo que implica a renovação da Igreja, uma Igreja que trabalha por uma moção disciplinar-missionária, na ação do Espírito Santo, para que todos tenham vida em Jesus Cristo. Podemos, numa linha transversal, observar o ver, o julgar e o agir de todo o Documento. Encontramos, além de uma realidade multipolar e desafiadora dos nossos povos, os lugares de afirmação do Reino de Deus.

Em primeiro lugar, encontramos a Boa nova da vida, para isso, o Documento trabalha a dignidade da vida humana em geral. Dignidade essa que implica o direito da família (crianças, mulheres, jovens, casais), das etnias (nativos e afro-descendentes), e, acima de tudo, dos empobrecidos em geral, aqueles que sofrem (população de rua, migrantes, enfermos, dependentes de drogas, encarcerados).

Em segundo lugar, encontramos um novo olhar lançado sobre os “novos areópagos”, mais especificamente, no que diz respeito ao trabalho, à ciência, à tecnologia, mídia e artes, aos espaços ecumênicos, espaços inter-religiosos, educação, biodiversidade e ecologia, a cidade, os centros de decisões e os sujeitos (valores, escolhas, vínculos e práticas).

No Julgar nessa mesma linha transversal, encontramos, claramente, o Evangelho como caminho de comunhão e projeto de humanidade, projeto este que implica a justiça, a paz, a reconciliação, a solidariedade, o diálogo entre as culturas e credos, a integração dos povos, o destino universal dos bens e desenvolvimento sustentável. O Julgar também nos apresenta a centralidade da Palavra de Deus, que nos direciona ao encontro pessoal-comunitário com Jesus Cristo, como também para todos os lugares de sua Presença. Ainda mais, a dignidade inegociável da vida, a “vida em plenitude”, horizonte de esperança,

---

<sup>358</sup> Esta introdução está fundamentada em texto inédito elaborado por, Pe. Marcial Maçaneiro SCJ, doutor em Teologia e professor na Faculdade Dehoniana em Taubaté.

fonte de sentido, de decisão e ação. O Julgar mostra que devemos, por meio da educação e vivências de comunhão, encontrar o discernimento para viver as características e missão dos cristãos, no mundo, que são: a co-responsabilidade missionária dos sujeitos eclesiais, trabalhando a configuração da Igreja em unidade plural, uma Igreja vivenciada como escola e casa de comunhão.

No Agir, nessa mesma linha transversal, encontramos propostas para exercitar o discernimento e a avaliação da Igreja. Aperfeiçoar a ministerialidade da vida, e promover uma consciência renovada do batismo, retomar o impulso renovador do Concílio Vaticano II, atingindo, assim, sujeitos e estruturas (através da formação, conversão pastoral, criatividade e novos modelos). Rever e aperfeiçoar, também, os lugares eclesiais de comunhão (Conferências episcopais, diocese, paróquia, pastorais, congregações, movimentos, organismos eclesiais e novas comunidades). Realizar isso por meio da conversão, que implica a adesão à renovação conciliar, bem como a inserção, na Igreja Local e o reconhecimento de carismas alheios. Saber também articular os carismas e metas específicos em “orgânica pastoral”. Qualificar agentes eclesiais para a missão, com competências e habilidades específicas (nas áreas de educação, bioética, ecologia, cultura urbana, ecumenismo, diálogo inter-religioso, mídia, além da catequese, liturgia e pastorais organizadas). Programar a formação continuada do clero, religiosos e laicato, com uma “*ratio formationes*” convergente.

Valorizar os núcleos e pequenas comunidades, programando novos modelos de rede na Igreja, organizada como “comunidade de comunidades”. Promover a opção preferencial pelos pobres como opção pela justiça e solidariedade, que implica também a sobriedade evangélica no viver cotidiano. Finalmente, fomentar uma espiritualidade disciplinar-missionária que esteja fundamentada na Palavra de Deus, na Eucaristia e no amor fraterno; regada pelas águas do batismo e interpelada pelos sinais dos tempos, sempre movida pelo sopro criativo do Paráclito. Uma espiritualidade traduzida no serviço ao Reino de Deus. Temos diante de nós um grande desafio!

### **5.1. O Papa Bento XVI e a V Conferência**

Um fator importante para a afirmação da assembleia, na perspectiva da tradição latino-americana, foi o discurso inaugural do Papa Bento XVI. Ele, de

certa forma, desconsertou os segmentos conservadores, visto que em vez de fechar, ele abriu as portas para a realização de uma evangelização sintonizada com a causa dos pobres, isso contribuiu, de forma decisiva, para o bom êxito da Conferência de Aparecida. Muitos esperavam que Bento XVI, assim como João Paulo II, havia feito em Puebla e Santo Domingo, colocasse limites ou pontualizasse a tradição latino-americana. Entretanto, Bento XVI não foi coercitivo e sim propositivo<sup>359</sup>. O Papa fez um discurso aos Núncios Apostólicos dos países da América.

O Papa Bento XVI manifestou-se alegre por participar da abertura dos trabalhos da V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e Caribenho, tendo início, no dia 13 de maio em Aparecida do Norte, Brasil. Assim indicou-o, no seu discurso, aos representantes pontifícios na América Latina (conhecidos como núncios). No seu discurso, o Papa aborda questões importantes que devem ser tratadas durante todo o encontro em Aparecida. Entre suas colocações, o Papa falou também sobre a situação do laicato na Igreja e no mundo.

No seu pronunciamento, Bento XVI revela que os leigos e leigas têm papel de destaque, nessa V Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, visto que, em seu discurso inaugural, após saudar os bispos, sacerdotes e religiosos, como também os seminaristas, o papa dirige uma especial saudação aos leigos e leigas, destacando a importância de sua presença e atuação, no mundo secular que lhe é próprio, esse tema será retomado pelo Documento como um todo. Após saudar os representantes dos Movimentos eclesiais, o Papa cumprimenta todos os leigos e leigas, que levam a forçado Evangelho ao mundo do trabalho e da cultura, no seio da família, como também nas paróquias em que participam. É importante destacar, o fato de o Papa ter mencionado a importância do mundo do trabalho e da cultura, assim como o da família, antes das paróquias é bastante significativo quanto ao rumo que se quer imprimir ao Documento, isso, de certa forma, valoriza a compreensão da identidade e das realizações vividas pelos cristãos leigos e leigas na América Latina<sup>360</sup>. Para uma compreensão mais ampla das colocações até aqui apresentadas, faremos um pequeno retorno aos trabalhos que antecederam essa V Conferência de Aparecida.

---

<sup>359</sup> Cf. BRIGHENTI, A. “Crônica do desenrolar da V Conferência”, In: AMERÍNDIA (org), *V Conferência de Aparecida, Renascer de uma esperança*. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 29.

<sup>360</sup> Cf. BINGEMER, M. C. L. “Eclesialidade e cidadania, O lugar do laicato no Documento de Aparecida”, In: REB 67, Petrópolis: Vozes, Fasc. 268 outubro de 2007, p. 979.

## 5.2. O que avançou?

A V Conferência Geral fixou novamente a Igreja da América Latina e do Caribe, na tradição já estabelecida, no Concílio Vaticano II, e continuada nas Conferências Gerais de Medellín, Puebla e Santo Domingo, renasceu a esperança de que um novo modelo de Igreja seja possível, também renasce a força e o sujeito que seja capaz de construí-la<sup>361</sup>. Isso representa uma grande alegria e conquista, foi uma Conferência que teve o apoio teológico, tanto, no interno como no externo de suas realizações. Além disso, foi realizada, no maior Santuário mariano do Brasil, isso, sem dúvida, permitiu que os bispos se aproximassem da realidade religiosa desse povo.

Nessa Conferência, foi possível uma grande abertura ao diálogo, entre os próprios bispos como também, entre os bispos e teólogos, diálogo aberto também aos sacerdotes, jornalistas e muitas outras pessoas que também se encontravam comprometidas com a Igreja latino-americana. Toda essa comunicação, no decorrer de todos os trabalhos, foi muito franca, direta e com liberdade de expressão<sup>362</sup>. Não houve nenhuma atividade paralela, ou que fosse contrária à Conferência. Todo o trabalho de apoio foi feito com comunhão e identificação com a assembleia.

Um fator que teve destaque, nas reflexões da assembleia, foi a tomada de consciência, do fato de que milhões de católicos, mesmo que inconscientemente, afastaram-se da Igreja. Esse fato suscitou duas reações: Uma, minoritária, que propunha uma grande missão continental em vista de recuperar os afastados; outra, majoritária, havia, aqui, a consciência de que a causa desse afastamento não se encontra somente fora da Igreja (as seitas, o relativismo, a perda de sentido moral, etc.), mas se encontra principalmente no interior da própria igreja. O aspecto positivo desse fato foi duplo. Por um lado, diminui o espírito triunfalista da Igreja Católica. Por outro lado, a Igreja toma consciência da necessidade de uma autocrítica, como também, de uma reforma interior<sup>363</sup>. Diante desses fatos, despertou, na assembleia, um espírito de liberdade, reagindo aos mais de trinta

<sup>361</sup> Cf. RICHARD, P. *“Terminou a V Conferência em Aparecida. Será possível, agora, construir um novo modelo de Igreja?”* In: AMERINDIA (Org.), *V Conferência de Aparecida, Renascer da esperança*. São Paulo: Paulinas 2008, p. 89.

<sup>362</sup> RICHARD, P. op. cit., p. 90.

<sup>363</sup> Ibid., p. 90.

anos de autoritarismo e centralismo europeu, no interior da Igreja. Com essa abertura, questionou-se, coletivamente sobre esse modelo de Igreja fechada sobre si mesma e distante do mundo atual. Acontece, aqui, uma superação.

Superou-se um ambiente de medo, um medo paralisante dentro da própria Igreja: os sacerdotes com medo dos bispos, e esses com medo do Vaticano, por sua vez, o Vaticano, com medo da corrente de libertação. Com todas essas questões debatidas e refletidas, os bispos recuperam, de forma maciça e decidida, a identidade de ser Igreja Latino-americana e caribenha. Agora, é possível recuperar o sentido de ser Igreja local, com espírito livre, criativo e, acima de tudo, autônomo, em perfeita comunhão com a igreja universal e a autoridade máxima do bispo de Roma, nomeado com o título mais evangélico de seu ministério: “*Pater pauperum*”, ou seja, “*papa*”<sup>364</sup>.

Apresentamos algumas causas que levaram ao sucesso dessa Conferência, não pretendemos atribuir a elas qualquer ordem de maior importância, mas sim, apresentar, de forma positiva, tudo o que foi realizado. Esta V Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho se encerrou como uma reunião de Bispos.

Os bispos da América Latina e Caribe pretendem, a partir do que está explícito no Documento, uma renovação eclesial missionária, para que essa renovação seja realizada com sucesso, eles destacam a importância da hierarquia dentro da Igreja desempenhar bem o seu papel de condutora de todo o processo. Não está tão clara, no Documento, a flexibilidade que o Concílio trouxe para o conceito Povo de Deus. Porém, o modelo que perpassa o Documento está presente, na eclesiologia conciliar: o de comunhão<sup>365</sup>. Viver em comunhão com o Pai, o Filho e o Espírito Santo, isso é o que constitui o (a) discípulo (a) e afirma sua tarefa evangelizadora<sup>366</sup>.

### 5.2.1. Ministérios leigos e ministérios teológicos

Pelo batismo, todos nós somos membros da Igreja e desfrutamos da mesma dignidade e fundamental igualdade. Somente sobre essa base, é possível falar dos

<sup>364</sup> Ibid., p 90-91.

<sup>365</sup> Cf. BINGEMER, M. C. L. op. cit., p. 998.

<sup>366</sup> Cf. CARO, V. C. “*Ministérios leigos, vida consagrada e Ministério Teológico*” In: AMERÍNDIA (Org) op. cit., p. 94.

diversos ministérios e vocações, nessa linguagem é possível construir o desenvolvimento integral da Igreja. Ela, que é a imagem do Corpo de Cristo, deve mostrar que todos os seus membros são imprescindíveis, com isso, ninguém deve sentir-se menos importante do que os outros e nem ignorar o sofrimento dos demais (cf. 1Cor 12,26).

É também pelo batismo que todos e todas participam da dimensão profética, sacerdotal e real do Senhor Jesus. Todos nós batizados em Cristo somos chamados a uma vocação comum: ser discípulos (as) Missionários (as). Temos um Mestre, o Senhor Jesus. O Documento de Aparecida apresenta, de maneira clara e objetiva, que nossa condição de discípulo (a) brota de Jesus Cristo, pela fé e pelo Batismo crescemos, na Igreja como comunidade, em que todos os seus membros adquirem igual dignidade e participam de diversos ministérios e carismas<sup>367</sup>.

Nossa vocação comum nos concede santidade e plenitude em todas as vocações específicas vividas nela. Os ministérios leigos e ordenados, a opção religiosa, leiga ou sacerdotal e a multiplicidade de carismas dão à igreja a potencialidade e a riqueza necessárias para responder com eficácia aos desafios atuais<sup>368</sup>. Os dons nos são dados, mas a capacidade de colocá-los em prática depende da vivência fiel desses, de seu desenvolvimento efetivo e também de uma articulação adequada entre aquilo que se crê e se realiza, pois diante dos dons, temos um compromisso. No fiel cumprimento de sua vocação batismal, o discípulo (a) precisa considerar os desafios apresentados à Igreja, são muitos: a diversidade religiosa; sacerdotes que se encontram desmotivados diante do vasto trabalho pastoral; muitos lugares sem a presença de sacerdotes; mudanças de paradigmas culturais; a globalização e a secularização; a violência; a pobreza e injustiça; a crescente cultura da morte que afeta a vida de diversas formas<sup>369</sup>. É um grande desafio. São as pessoas que, a partir de suas vocações específicas, evangelizam e são, ao mesmo tempo, evangelizadas, são as pessoas, que são mediadoras para a manifestação do Reino de Deus e sua realização, são as pessoas

---

<sup>367</sup> DAp 184.

<sup>368</sup> Cf. CARO, V. C. op. cit., p. 195.

<sup>369</sup> DAp 185.

que respondem aos desafios da cada momento histórico com maior ou menor eficácia<sup>370</sup>.

Exatamente por isso, o Documento se detém sobre a necessidade da existência de leigos e leigas bem preparados, e com uma formação adequada para exercerem um papel relevante nesse processo de renovação eclesial na América Latina e no Caribe. Esses leigos e leigas, homens e mulheres, são mencionados e identificados desde o princípio do Documento, já vinculados aos ministérios que estão exercendo, são estes: Ministros da Palavra, animadores de assembleia e de pequenas comunidades<sup>371</sup>. Ao mesmo tempo, percebemos uma nota distintiva que aprecia também o trabalho dos leigos e leigas na ordem temporal<sup>372</sup>. Nesse longo parágrafo do Documento, destaca a importância da Doutrina Social da Igreja, na formação do laicato, bem como no seu testemunho, animando-os também para a ação solidária. É dito que, neste continente, os leigos e leigas *“se interessam cada vez mais por sua formação teológica como verdadeiros missionários da caridade, e se esforçam por transformar de maneira efetiva o mundo segundo Cristo”*<sup>373</sup>.

Percebemos, portanto, um duplo polo positivo, no que diz respeito à atuação dos leigos e leigas, na história e no crescimento, se Igreja: um, relativo à inserção intra-eclesial (com um grande interesse pela formação teológica), e outro, que diz respeito à sua atuação transformadora no mundo (com um grande esforço por transformar de maneira efetiva o mundo, segundo Cristo). Ao tratar de identidade, vocação e missão do laicato, o Documento vai insistir no binômio eclesialidade e cidadania<sup>374</sup>. Embora muito seja dito sobre o papel das leigos e leigas, dentro da estrutura eclesial, encontramos uma grande preocupação em reforçar, de maneira clara, a índole secular de sua vocação laical.

Hoje, muitas iniciativas leigas sejam, no âmbito social, cultural, econômico e político, deixam-se inspirar pelos princípios, critérios e juízos e diretrizes provenientes da Doutrina Social da Igreja<sup>375</sup>, valorizando, com isso, o desenvolvimento da Pastoral Social da Igreja, como também a ação das Caritas em vários níveis, destacando com isso, a riqueza do voluntariado, nos diversos apostolados com incidência social. Na área da comunicação, encontramos,

<sup>370</sup> Cf. Ibid., 185.

<sup>371</sup> Cf. DAp toda a parte introdutória e a sessão formada pelos n. 5.3.1. e 5.3.2.

<sup>372</sup> Cf. DAp 99f.

<sup>373</sup> Ibid. 99f.

<sup>374</sup> Cf. BINGEMER, M. C. L. op. cit., p. 979.

<sup>375</sup> Cf. DAp 99f

também, muitas iniciativas leigas, e tem-se desenvolvido a pastoral da comunicação social. Mais do que nunca, a Igreja tem contado com os meios de comunicação para a evangelização da cultura, com isso resistindo, em partes, a outros grupos religiosos que também utilizam desses mesmos meios, rádios, televisão, cinema, jornais, internet, todas essas possibilidades nos enchem de esperança<sup>376</sup>.

Diante do que foi visto, percebemos, no Documento de Aparecida, uma preocupação explícita em reforçar a índole secular da vocação laical (sua cidadania), embora muito seja dito sobre o papel dos leigos e leigas dentro da estrutura eclesial (sua eclesialidade)<sup>377</sup>. Podemos, com isso, perceber que essa tendência a dar ênfase à cidadania irá predominar ao longo de todo o Documento. Os leigos e leigas, no Documento de Aparecida, aparecem, sobretudo, como elementos indispensáveis para que a evangelização chegue onde apenas eles e elas chegam, ou seja, na ordem temporal<sup>378</sup>.

Exatamente, por isso, o Documento, mais uma vez, reforça a importância da formação, para que os leigos e leigas possam interferir, de maneira efetiva, na vida pública, de forma mais eficaz, na formação de consensos necessários, e, na oposição contra a injustiça social. Os Bispos reunidos, na V Conferência, querem acompanhar, de maneira bem próxima, os construtores da sociedade, visto que é a vocação fundamental da Igreja, formar as consciências, ser advogada da justiça e da verdade, educando, nas virtudes individuais, bem como, políticas. Para isso, o Documento quer chamar a atenção, destacando o sentido de responsabilidade dos leigos e leigas que se encontram presentes na vida pública<sup>379</sup>. Proposta apresentada para essa questão é a formação dos leigos e leigas em categorias específicas: profissionais, empresariais e trabalhadores, para que os habitantes tanto dos centros urbanos como de suas periferias, sejam cristãos ou não, possam encontrar em Cristo a plenitude de vida<sup>380</sup>.

É importante destacar o ministério teológico, como garantia de um crescimento integral, na fé, em cada tempo presente. A teologia aparece como a mediação entre a experiência religiosa e cada cultura em particular, permitindo,

---

<sup>376</sup> Cf. DAp 99f.

<sup>377</sup> Cf. BINGEMER, M. C. L. op. cit., p. 979.

<sup>378</sup> Cf. Ibid., p. 979.

<sup>379</sup> Cf. DAp 508.

<sup>380</sup> Cf. Ibid., 518.

assim, sistematizar de maneira eficaz a fé vivida e atualizá-la diante dos desafios atuais. Sua contribuição será, na busca de significados e expressões em consonância com o sentir dos homens e mulheres de hoje, ajudando, com isso, a discernir, no pluralismo reinante, os aspectos da fé que precisam ser articulados com as demais religiões<sup>381</sup>.

Sabemos que, hoje, as fronteiras traçadas entre as ciências se desvanecem. Nessa nova visão, encontramos um novo modo de compreender o diálogo, sugere-se a ideia de que nenhum conhecimento é completamente autônomo. Essa realidade abre um terreno de oportunidades à teologia, para interagir com as ciências sociais<sup>382</sup>. Esse ministério teológico foi exercido de maneira gratuita, nesta V Conferência, onde um grupo de teólogos e teólogas do continente compartilhou seu tempo, seus conhecimentos, sonhos e projetos com os demais participantes. Porém, seu ministério ultrapassa esse espaço. Permanece o desafio de continuar, na articulação do Magistério, e a teologia, para que a vida eclesial possa dar seus melhores frutos, não de qualquer maneira, mas de uma forma eficaz<sup>383</sup>. Portanto, nesse tempo pós-Aparecida, o papel do ministério teológico é fundamental.

Como já tivemos oportunidade de verificar, os Documentos das Conferências episcopais Latino-americanas anteriores seguem essa mesma linha, evidente que com acentos diferenciados. No Documento de Medellín, o protagonismo foi do povo pobre, a maioria esmagadora da Igreja latino-americana. Os leigos e leigas comprometidos, provenientes da Ação Católica Brasileira e das CEBs, foram os agentes detonadores que permitiram se firmar três grandes bases dessa Conferência, que são: pensar a pastoral a partir da justiça social; iniciar uma nova maneira de fazer teologia, a partir das injustiças sociais; articulação das bases comunitárias em torno da Palavra de Deus e dos fatos do dia-a-dia<sup>384</sup>. Encontramos, aqui, um novo perfil de laicato, trata-se de um laicato procedente dos templos e privilégios eclesiásticos, um laicato que aprendeu unir de forma implacável seu compromisso cristão com a transformação da realidade<sup>385</sup>.

<sup>381</sup> Cf. CARO, C. V. op. cit., p. 200.

<sup>382</sup> Cf. DAp 124.

<sup>383</sup> Cf. CARO, C. V. op. cit., p. 201.

<sup>384</sup> Cf. DM I, III, 23.

<sup>385</sup> Cf. BINGEMER, M. C. L. op. cit., p. 980.

Por tudo isso, o episcopado em Medellín não encontra necessidade de a todo o momento repetir sobre o papel e função do laicato, sua identidade emissão. Ao aproximar-se das margens da vida dos povos latino-americanos, ao colocar os pobres, no centro de suas preocupações, a Igreja já está deixando claro que o objeto central de sua pastoral são cristãos, batizados, que vivem sua vida cotidiana e sofrida, inspirados por sua fé, é a partir dela que lutam por uma vida melhor, não apenas com interesses próprios, mas voltados para o interesse de seus povos e nações. A Igreja, portanto, vê-se, na ação dos cristãos leigos e leigas, e os mesmos se percebem como representantes da mesma<sup>386</sup>.

Portanto, Medellín, com extrema coragem, proclama para que se organizem equipes apostólicas, nos locais funcionais, *sobretudo naquelas onde se elabora e se decide o processo de libertação e humanização da sociedade a que pertencem, dotando-os de uma estrutura adequada e de uma pedagogia baseada no discernimento dos sinais dos tempos, no cerne dos acontecimentos*<sup>387</sup>. Com grande audácia, esse Documento ainda acrescenta uma advertência aos movimentos e equipes já constituídas, incentivando-os à contínua militância, mesmo sabendo que suas consequências podem ser dolorosas pelas implicações sociais, no compromisso ao Evangelho de Jesus Cristo<sup>388</sup>. O Documento de Puebla retoma Medellín em muitos aspectos, inclusive no que se refere aos leigos. Segundo Puebla “*é o homem da Igreja no coração do mundo e o homem do mundo no coração da Igreja*”<sup>389</sup>. Aqui, a principal tarefa do laicato é construir o Reino de Deus a partir do engajamento nas realidades do mundo.

Essa visão do laicato como agente não somente das mudanças intra-eclesiais, mas também da transformação social, já manifestada, em Medellín e Puebla, vai receber uma significativa alteração, no Documento de Santo Domingo. Nesse Documento, os leigos e leigas são declarados protagonistas da nova evangelização. Com isso, é reforçada, portanto, sua identidade como agentes eclesiais e pastorais, mas não tanto responsáveis pela transformação da sociedade<sup>390</sup>, as conclusões de Santo Domingo reforçam o protagonismo dos

<sup>386</sup> Cf. Ibid., p. 980.

<sup>387</sup> DM III, 3.1.

<sup>388</sup> Cf. BINGEMER, M. C. L. op. cit., p. 982.

<sup>389</sup> DP II, 3.

<sup>390</sup> Cf. BINGEMER, M. C. L. op. cit., p. 983.

leigos e leigas, na nova evangelização, na promoção humana e também, na cultura cristã.

Outra proposta de SD é favorecer a organização do laicato em todos os níveis da estrutura pastoral, baseada nos critérios de comunhão e participação respeitando “*a liberdade de associação dos fiéis leigos na Igreja*”<sup>391</sup>. Após defender com vigor o direito de organizações dos fiéis leigos e leigas, SD ainda afirma que essa não é uma concessão da Igreja hierárquica, mas sim, um direito que brota do Batismo em função do chamado à comunhão na missão da Igreja<sup>392</sup>, Santo Domingo afirma:

“A importância da presença dos leigos na tarefa da nova evangelização, que conduz a promoção humana e chega a infirmar todo o âmbito da cultura com a força do Ressuscitado, nos permite afirmar que uma linha prioritária de nossa pastoral fruto desta IV Conferência, há de ser a de uma Igreja na qual os fiéis cristãos leigos sejam protagonistas. Um laicato bem estruturado, com uma formação permanente, maduro e comprometido, é o sinal de Igrejas particulares que têm tomado muito a sério o compromisso com a Nova Evangelização”<sup>393</sup>.

### 5.2.2. O laicato e suas modalidades de associações

Não é sem razão que o *Documento de Aparecida* recorda aos pastores da urgência de que os leigos e leigas tenham “*maior abertura de mentalidade para que entendam e acolham o ‘ser’ e o ‘fazer’ do leigo na Igreja*”<sup>394</sup>. Não basta tomar consciência do protagonismo, o primordial é renovar as estruturas eclesiais, para que esse protagonismo possa tornar-se realidade<sup>395</sup>. Nesse contexto, é verdadeiro sinal de esperança o fortalecimento de várias associações leigas como o Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB<sup>396</sup>, além de movimentos

<sup>391</sup> SD 97.

<sup>392</sup> Cf. BINGEMER, M. C. L. op. cit., p. 783.

<sup>393</sup> SD 103.

<sup>394</sup> Cf. DAp 213.

<sup>395</sup> Cf. CARO, V. C. op. cit., p. 198.

<sup>396</sup> O Conselho Nacional do Laicato No Brasil – CNLB, é uma associação de fiéis leigos e leigas católicos de direito público, congrega e representa o laicato brasileiro na sua diversidade e riqueza de movimentos, pastorais, e associações de mais variados tipos. O CNLB possui regionais que congregam os organismos de leigos presentes naquela região. São eles: Centro Oeste: Estados de Tocantins, Goiás e Distrito Federal; Leste I: Estado do Rio de Janeiro; Leste II: estados de Minas Gerais e Espírito Santo; Nordeste I: estado do Ceará; Nordeste II: estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte; Nordeste III: estados da Bahia e Sergipe; Nordeste IV: estado do Piauí; Nordeste V: estado do Maranhão; Norte I: estados do Amazonas e Roraima; Norte II: estado do Pará; Noroeste: estados do Acre e Rondônia; Oeste I: Rio Grande do Sul; Oeste II: estado do Mato Grosso; Sul I: estado de São Paulo; Sul II: estado do Paraná; Sul III: estado do Rio Grande do Sul; Sul IV: estado de Santa Catarina. ORGANIZAÇÕES FILIADAS: Comunidade da Vida Cristã – CVX; Equipes Docentes; Equipe de Nossa Senhora – ENS; Instituição Teresina;

apostólicos eclesiais e de novas comunidades, que devem receber o apoio dos pastores da Igreja. Essas associações e movimentos ajudam muitos batizados e muitos grupos missionários a assumir com mais responsabilidade sua identidade cristã, colaborando mais ativamente na sua missão evangelizadora<sup>397</sup>.

Os Bispos, nessa V Conferência, reconhecem o valor e a eficácia dos Conselhos paroquiais, Conselhos diocesanos e nacionais do laicato, afirmam que essas organizações incentivam a comunhão e a participação, na Igreja e sua presença ativa no mundo. A construção da cidadania, no sentido mais amplo, e a construção da eclesialidade, nos leigos e leigas, são um só e único movimento<sup>398</sup>. O Documento de Aparecida faz uma apreciação positiva sobre os Movimentos eclesiais. Eles são chamados de “*dom do Espírito Santo para a Igreja*”<sup>399</sup>, em que os fiéis encontram possibilidade de formar uma consciência cristã, crescer, e, assim, comprometer-se apostolicamente até ser tornarem verdadeiros discípulos missionários. Esse texto do Documento ainda afirma ver, nos Movimentos, “*a multiforme presença e ação santificadora do Espírito*”<sup>400</sup>, visto que, no mundo moderno, devemos responder a novas situações e necessidades da vida cristã.

Nesse contexto, os movimentos e novas comunidades são uma oportunidade para que muitas pessoas afastadas possam renovar sua experiência de fé, e fazer o encontro vital com Cristo, a partir deste encontro, recuperar sua identidade batismal e sua ativa participação na Igreja e no mundo<sup>401</sup>.

O Documento ainda relembra sobre o itinerário desses movimentos, pois já passaram pelo reconhecimento e discernimento da Santa Sé, portanto “*devem ser considerados como dons e bens para a Igreja Universal*”<sup>402</sup>. Por tudo isso, recomenda-se aos Bispos que integrem a riqueza de seus carismas, no interior da pastoral diocesana, ao mesmo tempo em que recomenda aos movimentos que se

---

Juventude Franciscana – JUFRA; Juventude Operária Católica; Legião de Maria; Movimento Cursilhos de Cristandade; Movimento Familiar Cristão – MFC; Movimento Focolare; Movimento de Trabalhadores Cristãos – MTC; Obra Kolping do Brasil; Ordem Franciscana Secular; Orientação Para Vivência Sacramental – OVISA; Pastoral da Criança; Pastoral da Juventude do Brasil; Renovação Carismática Católica; Renovação Cristã do Brasil; Sociedade de São Vicente de Paulo. Cf. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho\\_Nacional\\_do\\_Laicato\\_do\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_Nacional_do_Laicato_do_Brasil). Acessado em 09 de jun de 2009.

<sup>397</sup> Cf. DAp 214.

<sup>398</sup> Cf. DAp 215.

<sup>399</sup> Ibid., 311.

<sup>400</sup> DAp 312.

<sup>401</sup> Cf. Ibid., 312.

<sup>402</sup> Ibid., 313.

integrem na mesma<sup>403</sup>. Dessa forma, os fiéis leigos e leigas exercitam o seu direito natural e batismal de livre associação, como já indicou o Concílio Vaticano II<sup>404</sup>. Em vista disso, podemos perceber que o episcopado latino americano manifesta, no Documento de Aparecida, a alegria de ter encontrado locais apropriados de formação e crescimento de um laicato que pode representar a esperança do surgimento de verdadeiros discípulos missionários para o nosso continente<sup>405</sup>.

Portanto, ser discípulo (a) missionário (a) do Senhor Jesus implica uma renovação profunda na vida laica. Nesse sentido, de forma alguma, leigos e leigas podem continuar sendo considerados membros de segunda categoria, muito menos, considerados alheios a corresponsabilidade eclesial, é necessário um desenvolvimento adequado de sua vocação específica. A formação é fundamental para conseguir esse protagonismo<sup>406</sup>. Para que o laicato possa cumprir sua missão com responsabilidade pessoal, necessita de uma sólida formação doutrinal, pastoral e espiritual, tornando-se também primordial um adequado acompanhamento, para que possam dar testemunho de Cristo e dos valores do Reino, no âmbito da vida social, política e cultural<sup>407</sup>. Consequência disso é um laicato apto para viver seu serviço eclesial e seu compromisso social em vista de seu discipulado missionário. Esses discípulos (as) de Jesus devem viver em todos os campos de ação de sua existência a vocação para qual foram chamados, evitando com isso, o “clericalismo” no exercício da prestação de serviços eclesiais ou o “secularismo” na vida social de pessoas que se dizem cristãs<sup>408</sup>.

Os leigos e leigas são chamados a participar da missão evangelizadora da Igreja da América Latina e Caribe, não somente por causa da necessidade dessa de renovar sua vivência cristã. Essa missão é inerente à sua vocação de discipulado, na sua participação no sacerdócio de Cristo.

Ao relançar um olhar para a trajetória pós-concliar da Igreja em nosso continente, torna-se necessário fazer algumas observações que esperamos ajudar a compreender melhor a reflexão do episcopado latino-americano sobre o laicato em Aparecida. Por isso, revisitamos o Concílio e também as últimas Conferências Gerais do Episcopado deste continente. Com esse retorno, foi possível reviver o

<sup>403</sup> Cf. BINGEMER, M. C. L. op. cit., p. 988.

<sup>404</sup> Cf. AA, 18s.

<sup>405</sup> Cf. BINGEMER, M. C. L. op. cit., p. 999.

<sup>406</sup> Cf. CARO, V. C. op. cit., p. 198.

<sup>407</sup> Cf. DAp 212.

<sup>408</sup> Cf. CARO, V. C. op. cit., p. 199.

que aconteceu, no Concílio, que trouxe “um sopro de inesperada primavera” sobre várias questões<sup>409</sup>. O Concílio teve a pretensão de colocar a Igreja em um diálogo direto com o mundo, inevitavelmente se debruçou sobre a questão do laicato. Porém, mesmo com todas as questões debatidas e refletidas, o Concílio não pretendeu ser a palavra final sobre quais os caminhos que a Igreja Universal trilharia a partir dali. Exatamente por ter sido um Concílio com características de novidade e surpresa, faz-se necessária uma real fidelidade ao mesmo para que se possa ir além do Concílio<sup>410</sup>.

Uma das questões problemáticas que ainda é necessário superar é a dicotomia ainda muito presente, na teologia do laicato conciliar, com sua divisão entre mundo e Igreja, temporal e espiritual. Consequentemente, a dicotomia que atribuía aos leigos e leigas a missão exclusiva de transformar a realidade temporal, no mundo, e aos clérigos de administrar o mistério e o sagrado, foi sendo superada pela reflexão de muitos teólogos (as) nos tempos pós-conciliares. Diante disso, a teoria que decretou apressadamente que os leigos e leigas deveriam ocupar-se apenas do temporal e não do sagrado e espiritual, vai sendo desmentida diante das mudanças visíveis e palpáveis que irá sofrer o estatuto do laicato<sup>411</sup>.

Dessa forma, diante das mudanças concretas, foram surgindo e ocupando seu espaço os leigos teólogos, homens e mulheres que dedicaram e dedicam suas vidas ao estudo, ensino e pesquisa teológica; surgiram, também, leigos e leigas orientadores espirituais, que acompanham outros, no mesmo trajeto em profundidade com o Deus de Jesus Cristo; leigos e leigas que lideram comunidades cristãs, organizam a liturgia, como também as celebrações. Enfim, cristãos leigos e leigas que se dedicam a uma ação transformadora sobre o mundo, atuando desde dentro da Igreja<sup>412</sup>.

### **5.2.3. Comunidades Eclesiais e Base e pequenas comunidades em Aparecida**

Existe, porém, outro tipo de associação laical, que é também mencionada no Documento de Aparecida. Diferente dos movimentos e associações de caráter mais paroquial, diocesano e carismático, essa associação se fez e se faz a partir

<sup>409</sup> Cf. BINGEMER, M. C. L. op. cit., p. 984.

<sup>410</sup> Cf. Ibid., p. 984.

<sup>411</sup> Cf. Ibid., p. 984.

<sup>412</sup> Cf. Ibid., p. 984.

das situações concretas, vitais e históricas, assim como, em determinadas condições de vida e experiências religiosas comuns e coletivas<sup>413</sup>. Seu lugar próprio é base da sociedade e da Igreja, no escalão inferior, essas associações, grupos, comunidades encontram, no Evangelho, a força para manter a esperança e unir-se em busca de uma concreta transformação da realidade, buscando criar um novo fato eclesial.

Ressaltamos as Comunidades Eclesiais de Base, uma modalidade de associação laical que atingiu seu apogeu, nas décadas de 70 e 80, foi afirmada e reconfirmada em Medellín e Puebla, e também é mencionada, por várias vezes, no Documento de Aparecida, evidente que não com tanto destaque, visto que hoje outras associações e movimentos ocupam a linha de frente da vida eclesial<sup>414</sup>.

As CEBs, como já sabemos, trazem consigo uma renovação eclesial profunda. Elas são algo periférico à conversão eclesial. Podemos dizer que, na atualidade, como Jesus, elas são “pedras de contradição”. Por isso, compreendemos o debate que sempre suscita em torno delas, em Aparecida isso também aconteceu<sup>415</sup>. Jesus não convidou para uma renovação superficial, mas proclamou que “*vinho novo se põe em odres velhos*” (cf. Mt 9,17). Como já foi visto neste trabalho, a comunidade histórica de Jesus foi alternativa e profética diante do Império Romano ou de óticas religiosas equivocadas. Mesmo que tivessem boa vontade, não compreendiam a nova proposta de Jesus como “Boa Nova”, pois não estavam em conformidade com o Reino de seu Pai: “*Nem todo aquele que me diz ‘Senhor, Senhor’, entrará no Reino dos Céus, mas sim aquele que pratica a vontade de meu Pai*” (cf. Mt 7, 21).

A conversão eclesial lançada pelo Concílio Vaticano II deveria ser profunda e realizada a partir das próprias células da Igreja = paróquia<sup>416</sup>. Por isso, Medellín retoma essa efetivação da renovação da Igreja a partir de suas próprias células. Em Aparecida, a realidade encontrada é bem diferente da época do Vaticano II,

<sup>413</sup> Cf. Ibid., p. 990.

<sup>414</sup> Cf. Ibid., p. 991.

<sup>415</sup> Cf. OLIVEROS, R.M. *Igreja particular, paróquia e CEBs em Aparecida*, In: AMERINDIA (Org.), op. cit., p. 188.

<sup>416</sup> As circunstâncias pastorais europeias explicam essa denominação da paróquia como célula eclesial, pois, naquele contexto sócioeclesial, as paróquias não tinham mais do que algumas centenas de pessoas, dada a abundância de presbíteros e religiosos naquele momento – cf. nota de rodapé n. 8 do artigo de OLIVEROS, R. M. *Igreja particular, paróquia e CEBs em Aparecida*, In: AMERINDIA (Org.), *V Conferência de Aparecida, Renascer de Esperança*, São Paulo, Paulinas, 2008, p. 189.

dadas as circunstâncias numéricas das paróquias, na América Latina e no Caribe, com isso, compreende-se que, em nossa realidade, as células eclesiais deveriam ser realizadas a partir de um nível eclesial mais reduzido<sup>417</sup>. Devemos levar em conta que essa renovação se dá numa dialética e interação mútua. Nossa realidade histórica revela que quando se harmoniza e prioriza o processo da CEBs, numa Igreja particular e suas paróquias, encontramos facilidade para uma renovação eclesial com seu rico potencial evangelizador<sup>418</sup>.

Nas Igrejas onde se faz a experiência, no mesmo processo realizado, nas CEBs vive-se e proclama com alegria as bem aventuranças do Evangelho, bem como sua dimensão profética: “*o Povo de Deus floresce, e os pobres realmente têm a Igreja como um lar, como advogada e defensora*”<sup>419</sup>. Crescem os esforços de renovação pastoral, nas paróquias, favorecendo assim o encontro com Jesus Cristo vivo, ainda se constata, em alguns lugares, um florescimento de comunidades eclesiais de base, segundo os critérios das Conferências Gerais anteriores, uma perfeita comunhão com os Bispos e fiéis ao Magistério da Igreja<sup>420</sup>. É importante notar que, com quase quarenta anos de experiência das CEBs, sua compreensão e prática, teologia, espiritualidade e pastoral própria, enriqueceram-se na diferença<sup>421</sup>.

Diante disso, como foram consideradas as CEBs em Aparecida? Qual foi o resultado? Para responder de forma adequada, precisamos analisar o texto em seu contexto. É pertinente destacar que o processo vivido, em Aparecida, expressa bem a importância que as CEBs têm e recebem nessa assembleia, devemos aqui considerar que desde a preparação para Aparecida, a Comissão para a Comunhão e diálogo do CELAM, preparou - evidente que com a colaboração de pessoas com

<sup>417</sup> Cf. OLIVEROS, R. M. op. cit., p. 189.

<sup>418</sup> Cf. Ibid., p. 189.

<sup>419</sup> Cf. Ibid., p. 189.

<sup>420</sup> Cf. DAp 99e.

<sup>421</sup> O Brasil tem uma experiência riquíssima em suas Igrejas locais e paróquias, mas ela é diferente dos processos de Honduras, México, Bolívia, etc. Ocasionalmente, as circunstâncias culturais diversas e anos de caminhada determinam diferenças no tipo, materiais, horários, frequência das reuniões, etc. É importante ter presente a rica leitura que se faz das CEBs como FERMENTO (o pequeno grupo que se reúne e é conhecido e visível) em comparação com o FERMENTADO (que são os cristãos que recebem influência dela). Ma sem todos esses processos as CEBs têm uma unidade profunda em sua espiritualidade, teologia e método. – cf. nota de rodapé n. 9, In: OLIVEROS, R. M. op. cit., p. 190.

ampla experiência nesta questão - uma valiosa contribuição sobre sua identidade e missão que seria encaminhado a ela<sup>422</sup>.

Os membros da Comissão que trabalharam essas questões<sup>423</sup> tiveram uma surpresa desagradável, quando constatou que o texto que havia sido aprovado e enviado à Comissão de Redação, ao retornar a Assembléia, tinha “desaparecido” tudo o que dizia a respeito da CEBs. Para inserir novamente o texto, no *Documento*, o recurso utilizado foi a apresentação de um “modo” ao plenário, que teria de ser respaldado por, ao menos, sete assinaturas de presidentes de conferências episcopais, para requerer sua reincorporação<sup>424</sup>. As assinaturas foram conseguidas sem dificuldades, e o “modo” foi apresentado ao plenário. Tendo conseguido a aprovação da maioria, a Comissão de Redação inseriu os parágrafos referentes à CEBs, no documento conclusivo do episcopado-latino americano<sup>425</sup>.

No entanto, esse documento conclusivo, como é de costume, foi encaminhado ao Papa, em Roma, para a aprovação definitiva de acordo com a tradição eclesial. Diante da situação, já eram esperadas algumas alterações no seu sentido original. Não obstante, apesar das modificações sofridas pelo documento conclusivo de Aparecida no que diz respeito às CEBs, é muito mais positivo e esperançoso o fato de que o episcopado latino-americano recuperou e relançou tão significativamente as CEBs<sup>426</sup>.

O resultado desse esforço e luta conseguiu que, no Documento Oficial aprovado em Roma, as CEBs não só estiveram presentes, nos textos, mas também receberam o reconhecimento que elas “*abraçam as experiências das primeiras comunidades*” (cf. At 2, 42-47), desde Medellín, elas são consideradas célula inicial de estruturação eclesial e ponto de convergência de uma nova evangelização. Além disso, elas permanecem demonstrando, em sua prática, seu compromisso evangelizador e missionário entre os mais simples e afastados, elas são expressão visível da opção preferencial pelos pobres<sup>427</sup>. Por tudo isso, como foi dito anteriormente, em Aparecida, mais uma vez, declarou-se que as CEBs, por conta de sua vida e seu profetismo, participam com Jesus, nessa história santa e pecadora, da condição de “pedra de contradição”.

<sup>422</sup> Cf. OLIVEROS, R. M. op. cit., p. 190-191.

<sup>423</sup> Cf. DAp capítulo V, 5..2.3,

<sup>424</sup> Cf. OLIVEROS, R. M. op. cit., p. 191.

<sup>425</sup> Cf. DAp Seção 5.2.

<sup>426</sup> Cf. OLIVEROS, R. M. op. cit., p. 190-191.

<sup>427</sup> Cf. Ibid. p. 193.

Mesmo diante dessas dificuldades, as CEBs recebem, em Aparecida, dois excelentes parágrafos<sup>428</sup>, nos quais fica bem claro a sua característica de “*escola que tem ajudado a formar cristãos comprometidos com sua fé, discípulos e missionários do Senhor*”<sup>429</sup>. As CEBs são também reconhecidas pela consistência de sua eclesialidade, fazendo-lhes jus ao nome de comunidades *eclesiais*<sup>430</sup>. Recupera-se, portanto, a valiosa tradição de Medellín que reconhece nas CEBs “*uma célula inicial e estruturação eclesial e foco de fé e evangelização*”<sup>431</sup>. Resgata-se, também, a valiosa redação de Puebla, que aponta as CEBs como instância eclesial que proporcionou ao povo a possibilidade de chegar a um conhecimento mais amplo da Palavra de Deus, permitindo, assim, assumir o compromisso social em nome do Evangelho, surgindo, a partir dessa prática, os novos serviços laicais e à educação da fé dos adultos<sup>432</sup>.

O Documento de Aparecida vai ressaltar também, que “*junto com as Comunidades Eclesiais de Base, existem outras formas válidas de pequenas comunidades, inclusive redes de comunidades, de movimentos, grupos de vida, oração e de reflexão da Palavra de Deus*”<sup>433</sup>. Existe, portanto, uma preocupação em reforçar o fato de que, na realidade eclesial de hoje, as CEBs não são a única forma de comunidade e associação laical dentro da Igreja. Elas estão situadas ao lado e unidas a outras associações eclesiais, fica claro o desejo do episcopado deste continente de que as CEBs se integram cada vez mais, em um modelo de Igreja que permanece estruturando-se em termos de paróquia e movimentos<sup>434</sup>.

Portanto, no que diz respeito às associações, comunidades e grupos laicais, na Igreja latino-americana, percebemos, no Documento, uma tentativa de não se esquecer de nenhum desses grupos. Porém, quando faz descrições do perfil dos membros desses grupos, parece contemplar de forma mais incisiva os Novos Movimentos e as pequenas comunidades do que as CEBs<sup>435</sup>. Os leigos e leigas mencionados, nesses Novos Movimentos, geralmente são provenientes de instâncias propriamente eclesiais, ou seja, paróquias, dioceses ou movimentos tradicionais novos. Pessoas afastadas da Igreja, que agora buscam o caminho de

<sup>428</sup> Cf. DAp 178-179.

<sup>429</sup> Ibid., 178.

<sup>430</sup> Cf. BINGMER, M. C. L. op. cit., p. 991.

<sup>431</sup> DM 15.

<sup>432</sup> Cf. DP 629.

<sup>433</sup> DAp 180.

<sup>434</sup> Cf. BINGMER, M. C. L. op. cit., p. 992.

<sup>435</sup> Cf. Ibid., p. 992.

volta, são identificados como pessoas dos meios urbanos com problemas e preocupações típicas do sujeito moderno e pós-moderno, pessoas que foram diretamente atingidas pela mudança de época<sup>436</sup> que revoluciona hoje a sociedade e a cultura<sup>437</sup>.

É bastante difícil reconhecer, nesse perfil, os leigos das CEBs, em geral, a motivação que os aglutinam é feita de afinidade e proximidade geográfica vital, ou seja, participam das mesmas experiências, surge, então, a necessidade de aglutinar-se para sobreviver, não apenas espiritualmente, mas de forma concreta e de longa duração<sup>438</sup>. É dentro dessa realidade e a partir da Palavra que se faz a experiência do encontro com Jesus Cristo vivo, fazendo uma criativa e sólida síntese entre a dura realidade que se vive e a iluminação que a Palavra lhe traz, conseguindo, com isso, chegar a uma nova solidariedade que apontará para uma transformação partilhada por todos<sup>439</sup>. Não é de se estranhar que alguns grupos muito ligados a CEBs tenham se mostrado perplexos ao constatar que elas são consideradas, pelo Texto de Aparecida, um movimento a mais entre outros. Essa perplexidade certamente se manifestou pelo fato de as CEBs insistirem, durante décadas, não serem apenas mais um grupo de Igreja, mas, acima de tudo, uma nova forma de ser Igreja<sup>440</sup>. Mesmo se constatando que, em Aparecida, as CEBs não são as mais importantes associações ou agrupamento de leigos e leigas, é importante ressaltar com esperança e alegria a maneira positiva que são vistas as iniciativas associativas do laicato em Aparecida. É extremamente positiva a inseparabilidade que o Documento procura transmitir entre pertença à Igreja e compromisso social<sup>441</sup>. Provera a Deus que as CEBs possam trabalhar em comum, com as riquezas que são próprias nessa valiosa e feliz síntese entre vida de fé e compromisso social.

#### **5.2.4. O gênero feminino na sociedade e na Igreja em Aparecida**

Uma reflexão sobre a questão do laicato, no Documento de Aparecida, necessita de uma abordagem sobre o lugar que nele ocupam as mulheres. Sabemos

---

<sup>436</sup> Cf. *Ibid.*, p. 993.

<sup>437</sup> Cf. DAp 34, 37, 44, 397.

<sup>438</sup> Cf. BINGMER, M. C. L. *op. cit.*, p. 993.

<sup>439</sup> Cf. *Ibid.*, p. 993.

<sup>440</sup> Cf. *Ibid.*, p. 992.

<sup>441</sup> Cf. *Ibid.*, p. 994.

que as mulheres, nessa reflexão, serão sempre leigas, visto que não têm acesso à hierarquia, porém, há muitas décadas, já reivindicam um lugar ao sol, na sociedade e na Igreja, as mulheres sempre foram a maioria expressiva do povo de Deus. A Igreja sempre pôde contar com elas em diversos setores, na coordenação de comunidades, na liturgia, na elaboração teológica, no acompanhamento espiritual, etc.<sup>442</sup> Ponto extremamente positivo, no Documento, mesmo com toda uma tradição patriarcal por trás houve uma preocupação bastante cuidadosa, de se referir à humanidade e ao ser humano mencionando-os, nos dois gêneros ou sexos: homem e mulher. A V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e Caribenho aconteceu, em Aparecida, cidade simples do Vale do Paraíba onde se venera a pequena imagem de Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil. Uma virgem negra, humilde, pobre, com uma clara mensagem libertadora, entre as quais estão, sem dúvida, as mulheres<sup>443</sup>. Diante disso, era necessário que *DA* deixasse uma mensagem a um sujeito emergente que é maioria na Igreja e na sociedade. No entanto, há que se reconhecer que a parte especificamente dedicada às mulheres é um tanto pequena.

Não obstante, o Documento reconhece as consequências da mudança de época em que vivemos, essa mudança traz consigo outras mudanças estruturais e de fundo, como, por exemplo, a compreensão tradicional dos papéis sociais dos homens e mulheres<sup>444</sup>. Com as mudanças culturais desta época, homens e mulheres procuram desenvolver novas atitudes e estilos “*de suas respectivas identidades, potencializando todas as suas dimensões humanas na convivência cotidiana, na família e na sociedade, às vezes por vias equivocadas*”<sup>445</sup>. As mulheres são incluídas, na lista dos rostos que interpelam a Igreja, o Documento declara serem elas excluídas em razão de seu sexo, raça ou situação econômica<sup>446</sup>. Designada também como um novo ator social, ao lado dos afro-descendentes, indígenas e outros<sup>447</sup>, o Documento reconhece, na mulher, a vocação de viver plenamente ao lado do homem em reciprocidade e complementaridade<sup>448</sup>. Afirma, também, ser urgente escutar o clamor, muitas vezes silenciados, de muitas

<sup>442</sup> Cf. BINGMER, M. C. L. op. cit., p. 985-986.

<sup>443</sup> Cf. MAQUEO, S. M. *A mulher na sociedade e na Igreja*, In: AMERINDIA (Org.), op. cit., p. 157.

<sup>444</sup> Cf. BINGMER, M. C. L. Op. cit., p. 986.

<sup>445</sup> DAp 49.

<sup>446</sup> Cf. Ibid., 65.

<sup>447</sup> Cf. Ibid., 75.

<sup>448</sup> Cf. Ibid., 116.

mulheres submetidas a várias formas de exclusão e violência durante muitas etapas de sua vida. É necessário, nos dias de hoje, que todas as mulheres possam participar plenamente da vida eclesial, familiar, cultural, social, econômica, com a criação de espaços e estruturas que favoreçam maior inclusão<sup>449</sup>. Com essas colocações, o Documento interpela-nos sobre a necessidade urgente de se romper esquemas, estruturas que marginalizam, discriminam e impedem sua implementação<sup>450</sup>.

São longos os parágrafos em que a mulher é mencionada, no seio da família, exercendo seu tradicional papel de esposa e mãe<sup>451</sup>. Nessa seção, é também defendida a igual dignidade entre homem e mulher, não podemos esquecer que esse é o ponto central da antropologia cristã e da pregação de Jesus<sup>452</sup>. Ele que, em tempos marcados pelo machismo, fez das mulheres discípulas e destinatárias preferenciais de seus milagres e gestos de misericórdia<sup>453</sup>. Retomando ao Discurso inaugural do Papa, o Documento de Aparecida conclama a superação, na América Latina e Caribe<sup>454</sup>, da mentalidade machista que ignora a novidade do cristianismo, em que se reconhece e anuncia a *“igual dignidade e responsabilidade da mulher em relação ao homem”*<sup>455</sup>.

O episcopado deste continente ainda reconhece que as mulheres constituem, geralmente, a maioria em nossas comunidades. *“São as primeiras transmissoras da fé e colaboradoras dos pastores, os quais devem atendê-las, valorizá-las e respeitá-las”*<sup>456</sup>. Ao reconhecer a mulher como coluna mestra da Igreja, ao mesmo tempo enfatizando sua maternidade como missão primordial, o Documento atinge outra dimensão que diz respeito às ações femininas que vão além do meramente biológico nesta maternidade<sup>457</sup>. Responsabiliza-se por *“compartilhar, orientar e acompanhar projetos de promoção da mulher com organismos sociais já existentes, reconhecendo o ministério essencial e espiritual que a mulher leva em suas entranhas: receber a vida acolhê-la, alimentá-la, dá-la à luz, sustentá-la,*

<sup>449</sup> Cf. Ibid., 454.

<sup>450</sup> Cf. MAQUEO, S. M. Op. cit., p. 163.

<sup>451</sup> Cf. DAp 116-119.

<sup>452</sup> Cf. BINGMER, M. C. L. op. cit., p. 987

<sup>453</sup> Cf. DAp 35.

<sup>454</sup> Cf. BINGMER, M. C. L. op. cit., p. 987

<sup>455</sup> DAp 453.

<sup>456</sup> Cf. Ibid., 453.

<sup>457</sup> Cf. BINGMER, M. C. L. op. cit., p. 987

*acompanhá-la e desenvolver seu ser mulher, criando espaços habitáveis de comunidade e comunhão*”<sup>458</sup>.

Embora os parágrafos que referenciam a mulher sejam poucos, as ações pastorais que resultam dessa análise da situação da mulher, na sociedade e na Igreja, são muito ricas<sup>459</sup>. A proposta é a seguinte<sup>460</sup>: uma organização pastoral que potencie e impulsione o “gênero feminino”; um protagonismo mais amplo das mulheres; um acompanhamento das associações femininas em situação de risco e dificuldades; um esforço junto às autoridades para estabelecer políticas públicas que auxiliem a mulher a conciliar seus afazeres domésticos com sua presença, no espaço público e no mercado de trabalho<sup>461</sup>.

Enfim, o que é realmente novo é a afirmação de que é urgente garantir a efetiva presença das mulheres, nos ministérios confiados aos leigos e leigas, “*como também nas instâncias de planejamento e decisões pastorais, valorizando sua contribuição*”<sup>462</sup>. Essas colocações, com certeza, abrem algum horizonte, na milenar luta feminina por espaços e direitos iguais na sociedade e na Igreja<sup>463</sup>. Pela primeira vez, a mulher é plenamente admitida para contribuir, nas decisões eclesiais, antes era sempre vista como a colaboradora que ajuda a pensar oculta e silenciosamente, sua visibilidade decisória em nível oficial foi até hoje frugal. Assim sendo, é realmente alentador que o Documento de Aparecida se proponha a incluir em seus processos decisórios, nós, mulheres que temos tanto a criar e colaborar para a construção de uma Igreja mais de acordo ao coração de Deus<sup>464</sup>.

## **5.2.5. Ecumenismo e diálogo interreligioso**

### **5.2.5.1. Pluralismo cultural e religioso**

Somos povos de muitas etnias, culturas e religiões, visto que, na América Latina e Caribe, é grande a pluralidade de tradições indígenas afro-americanas e europeias. Por isso, o pluralismo cultural e religioso impõe-se de maneira clara e indiscutível. A mídia nos apresenta, todos os dias, não só essa variedade cultural,

<sup>458</sup> DAp 457.

<sup>459</sup> Cf. BINGMER, M. C. L. op. cit., p. 987

<sup>460</sup> Cf. DAp 458.

<sup>461</sup> Cf. BINGMER, M. C. L. op. cit., p. 987

<sup>462</sup> DAp 458b.

<sup>463</sup> Cf. BINGMER, M. C. L. op. cit., p. 987

<sup>464</sup> Cf. Ibid. p. 987.

como também, os conflitos de daí derivam<sup>465</sup>. Desde os primeiros passos em torno dessa reflexão, os rascunhos do *Documento*, já assinalavam que, para enfrentar essa situação, é imprescindível um amadurecimento sobre a identidade cristã, uma fé inteligente consciente e vivida. Em termos mais simples, quanto mais pluralismo religioso, tanto mais precisamos conhecer e viver com consciência explícita a nossa fé cristã.

O texto avança nessas questões, na última versão, não ainda a oficial, continua apontando para o pluralismo como um desafio, e percebe também nele uma possibilidade nova de inculturação da fé da Igreja, enriquecendo-a com novas expressões e valores, exprimindo e celebrando cada vez melhor o mistério de Cristo<sup>466</sup>. Dessa forma, a fé se une à realidade concreta da vida, adquirindo, assim, uma “catolicidade” mais plena, não só territorial ou geográfica, mas também cultural<sup>467</sup>. Diante do pluralismo moderno e pós-moderno, rogam-se aos cristãos duas atitudes fundamentais: empatia e postura crítica. A empatia conduz a uma atitude de abertura, que proporciona uma aproximação benevolente com o diferente. Por sua vez, posição crítica nos defende da ingenuidade, diante da propaganda, que apresenta todo novo como um avanço. Diante de tanta oferta cultural e religiosa, o cristão precisa assumir a responsabilidade de construir sua personalidade e, ao mesmo tempo, moldar sua identidade social<sup>468</sup>.

O pluralismo cultural também revela um duplo movimento em tensão: Um relacionamento com a emergência da valorização do sujeito, da liberdade de expressão, dignidade e consciência pessoal. De outro lado, esse mesmo pluralismo cultural e religioso navega, numa cultura globalizada e imediatista, que mascara o valor inegável da descoberta do valor da pessoa humana em individualismo. Individualismo, que gera uma crise, nas relações humanas e na família<sup>469</sup>. Então o que é realmente o pluralismo cultural e religioso?

O Antigo Testamento faz uma narração sobre o mito da Torre de Babel, essa narração nos permite duas interpretações diferentes: De um lado, soa o pluralismo de línguas que gera um castigo de Deus, por causa da arrogância humana, que quer construir uma torre para atingir o céu; de outro lado, a mesma pluralidade de

<sup>465</sup> Cf. LIBÂNIO, J. B. *Pluralismo cultural e pluralismo religioso*, In: AMERÍNDIA (Org), op. cit., p. 73.

<sup>466</sup> Cf. *Ibid.*, p. 174.

<sup>467</sup> Cf. *Ibid.*, p. 174.

<sup>468</sup> Cf. *Ibid.*, p. 75.

<sup>469</sup> Cf. *Ibid.*, p. 76.

línguas, vai à linha do projeto de Deus que trabalha com a liberdade humana, porém, existe a pretensão de que uma única língua e cultura dominem a todos. Independente da interpretação, o texto bíblico reflete sobre a existência da pluralidade cultural<sup>470</sup>.

No entanto, nos tempos modernos, surge uma novidade nesse pluralismo, que desafia fortemente a fé cristã. A cultura manifesta, entre outras coisas, a capacidade que o ser humano tem de tomar distância de sua própria natureza e do que está ao seu redor, e mudar o significado do que está ao seu alcance. Por exemplo: O animal sente fome, busca comida; o ser humano sente fome, inventa uma refeição. Comer é natural, porém, fazer uma refeição, é natural-cultural. Eis a diferença! “A cultura é, portanto, o universo de símbolos significados, representações, imaginações, instituições que o ser humano cria com dupla finalidade, de desenvolver-se pessoalmente e viver socialmente com o outro”<sup>471</sup>.

Voltando a refletir com o texto bíblico, enquanto a humanidade viveu preferindo estar sob o olhar externo de um soberano humano ou divino, sentia-se dependente dele. Mesmo que falassem outras línguas, a pluralidade de culturas não produzia o efeito de divisão, construía a mesma torre. Porém, a Modernidade desloca a experiência de viver sob um olhar externo de um soberano seja humano ou divino para o interior de cada pessoa, a sua consciência, liberdade, valor individual. A pessoa passa a escolher, não só o mundo sob o qual quer viver, mas viver aquilo que lhe convém, agrada e deseja. Esse é o pluralismo atual<sup>472</sup>, divide o interior da pessoa, colocando em crise aquela fé que existia tranquilamente ao lado de outras. Agora, não só a língua é diferente, a torre também é.

É tempo de discernimento! O contato e convivência com outras denominações religiosas, cristãs ou não, questionam o fiel. A convivência com o diferente leva à descoberta da própria liberdade, da capacidade de escolha, o desejo de conhecer coisas novas<sup>473</sup>. O *Documento de Aparecida* nos orienta, na direção do elemento positivo de tal situação, apontando um caminho novo, caminho esse que implica uma decisão. Hoje, os cristãos fazem suas escolhas, não simplesmente porque vivem sob um único olhar cultural cristão, constata-se que

---

<sup>470</sup> Cf. Ibid., p. 76.

<sup>471</sup> Ibid., p. 76.

<sup>472</sup> Cf. Ibid., p. 77.

<sup>473</sup> Cf. Ibid., p. 77.

por esse caminho não se conserva a verdadeira fé católica. O cristão, aquele que segue a Cristo, necessita fazer a experiência de um encontro pessoal com Ele. Somente depois da experiência desse encontro, surge a firme e alegre convicção de segui-lo, ser seu discípulo, e é, durante o seguimento, que o cristão se entusiasma ao ponto de anunciar Cristo aos outros<sup>474</sup>. O lado negativo, do pluralismo, vem da falta dessa experiência profunda e existencial com Jesus Cristo. Sem essa verdadeira experiência, a pessoa se encontra dilacerada por tantas ofertas, e anda vagando, de religião em religião, de Igreja em Igreja.

Como agir então diante dessa realidade? A experiência pastoral tem revelado que, apenas seguir a autoridade de mandamentos e obrigações pesadas e forçadas não tem avançado. Uma Igreja centrada nela mesma, na parte institucional, não tem futuro. Como já sabemos, o caminho se abre, no seguimento, nas comunidades de base, em que as pessoas vivem a sua fé, se ajudando mutuamente. *“Uma Igreja como rede de comunidades de base tem mais chance de responder ao pluralismo, porque as pessoas vivem no seu interior a dimensão pessoal e comunitária. E as comunidades de base, articuladas entre si, dão a consistência necessária para ser Igreja em termos de catolicidade”*<sup>475</sup>.

O *Documento* da V Conferência do Celam, em Aparecida, finalmente vem a público na sua versão original. As comunidades católicas deste continente têm, finalmente em mãos, um forte instrumento de trabalho. Instrumento esse que permite refletir seu futuro a pequeno e longo prazo. Certamente, Aparecida deixará sua contribuição, na organização pastoral, da vida de fé e também da auto-compreensão da Igreja neste continente. Da mesma forma, como aconteceu com os precedentes Documentos das Conferências anteriores, sobretudo, Medellín e Puebla<sup>476</sup>. Logo, numa primeira leitura, podemos constatar que a identidade do *Documento* é nitidamente católica. São os pastores da Igreja católica que se dirigem aos fiéis de sua Igreja. Os parágrafos sobre o diálogo interreligioso, sobre o pluralismo que tanto marca nossa época, sobre o ecumenismo<sup>477</sup>, etc., têm como destinatários os católicos latino-americanos. Nesses parágrafos, encontramos recomendações, para uma atitude prudente e cuidadosa preparação dos católicos,

---

<sup>474</sup> Cf. *Ibid.*, p. 77.

<sup>475</sup> *Ibid.*, p. 78.

<sup>476</sup> Cf. BINGEMER, M. C. L. op. cit., p. 977.

<sup>477</sup> Cf. DAp 99g, toda a seção 5.5.

que entram, no delicado campo de outras denominações cristãs e confissões religiosas<sup>478</sup>.

Em nosso contexto, o surgimento de novos grupos religiosos, além da insistente tendência a confundir o ecumenismo com o diálogo interreligioso, tem causado muitos obstáculos na conquista de consistentes frutos para a realização do diálogo ecumênico. Por este motivo, o *Documento* incentiva os ministros ordenados, os leigos e leigas e os religiosos a participarem de organismos ecumênicos com cuidadosa preparação e atenção às orientações dos pastores, realizando, com isso, ações conjuntas, nos diversos campos da vida eclesial, pastoral e social<sup>479</sup>.

### 5.2.5.2. Ecumenismo em Aparecida

Não estamos falando, aqui, de um novo paradigma, a V Conferência segue as linhas mestras do Concílio Vaticano II, assumindo o magistério latino-americano sistematizado nas anteriores conferências. A opção pelos pobres, confirmada em Aparecida, tem um impacto sobre o ecumenismo e o diálogo interreligioso<sup>480</sup>. Na compreensão e na prática da eclesiologia de comunhão, somos conduzidos ao diálogo ecumênico. Essa relação com os irmãos e irmãs, batizados, em outras Igrejas e comunidades, é o único caminho para o discípulo de Cristo<sup>481</sup>, pois a falta de unidade entre os cristãos seria um escândalo, pois o ecumenismo tem suas origens no desejo de unidade de Jesus Cristo (cf. Jo 17, 21). Diante disso, o movimento ecumênico está, essencialmente, unido à natureza da Igreja, à sua natureza apostólica, missionária, comunitária e universal<sup>482</sup>.

O *Documento* nos mostra, ainda, que o ecumenismo não se justifica somente por uma exigência sociológica, mas, acima de tudo, evangélica trinitária e batismal. O magistério insiste, no caráter trinitário e batismal, para a realização desse esforço ecumênico, em que o diálogo deve emergir como atitude espiritual e prática, que conduza a um caminho de conversão e reconciliação<sup>483</sup>. Faz mais de quarenta anos, que o Concílio Vaticano II reconheceu a ação do Espírito Santo,

<sup>478</sup> Cf. BINGEMER, M. C. L. op. cit., p. 978.

<sup>479</sup> Cf. DAp 232.

<sup>480</sup> Cf. SUESS, P. *Ecumenismo e diálogo inter-religioso*, In: AMERÍNDIA, (Org), op. cit., p. 256.

<sup>481</sup> Cf. DAp 227.

<sup>482</sup> Cf. SUESS, P. op., cit., p. 256.

<sup>483</sup> Cf. DAp 228.

nesse movimento, pela unidade dos cristãos. Muitos frutos já foram colhidos, porém, nesse campo, a Igreja ainda necessita de agentes de diálogo bem preparados e qualificados<sup>484</sup>. Hoje, o movimento ecumênico procura a reintegração da unidade entre todos os cristãos. Para realizar isso, faz-se necessário reabilitar a autêntica apologética, realizada pela Igreja como explicação da fé. A apologética não deve ser vista como negativa, ou meramente defensiva. Mas, acima de tudo, implica a capacidade de dizer com propriedade a verdade que está contida, em nossas mentes e corações, de uma forma clara e convincente; como disse São Paulo: “fazendo a verdade na caridade” (cf. Ef 4, 15). Nos tempos de hoje, mais do que nunca, os discípulos e missionários de Cristo necessitam de uma apologética renovada para que possam ter vida em Cristo<sup>485</sup>. O *Documento*, portanto, tem como centro de suas preocupações, reavivar a vida cristã dos católicos latino-americanos.

Para conseguir atingir esse objetivo, os bispos reunidos, em Aparecida identificaram diversos segmentos eclesiais que poderão ser agentes desse processo de revitalização da identidade católica no continente. Entre esses agentes, estão certamente os batizados que formam a imensa maioria do povo de Deus, ou seja, os leigos e leigas deste continente. Exatamente onde estão, nas diversas situações e lugares que se encontram, na sociedade e na Igreja, são eles os discípulos e missionários que, juntamente com seus pastores e com outros membros do corpo eclesial (presbíteros, diáconos, consagrados), são interpelados por sua Igreja e enviados à missão de revitalizar a vida de fé neste continente<sup>486</sup>.

Há que se reconhecer que o texto não é proselitista, não desqualifica outras Igrejas, nem muito menos, incita os católicos a combatê-las. Longe disso<sup>487</sup>, os bispos apontam em suas reflexões, que, muitas vezes, as pessoas se afastam de nossas Igrejas, não por causa dos “não católicos”, mas sim, pela dificuldade de relacionamento entre as pessoas que convivem nos seus grupos comunitários; também não por razões doutrinárias, mas existenciais; não por motivos estritamente dogmáticos, mas, pastorais; não por problemas teológicos, mas, metodológicos de nossa Igreja. As pessoas, na realidade, buscam respostas para suas inquietações existenciais. Afastam-se, muitas vezes, com certo perigo, porque procuram

---

<sup>484</sup> Cf. *Ibid.*, 231.

<sup>485</sup> Cf. DAp 229.

<sup>486</sup> Cf. BINGEMER, M. C. L. op., cit., p. 979.

<sup>487</sup> Cf. BINGEMER, M. C. L. op. cit., p. 979.

respostas para algumas aspirações, que não encontraram como deveria ser dentro da Igreja<sup>488</sup>.

Diante disso, como proposta a uma nova evangelização, os bispos deste continente propõem que o diálogo e a cooperação ecumênica sejam o novo caminho, para despertar novas formas de discipulado e missão em comunhão. Ao mesmo tempo, observam que onde se estabelece o diálogo, diminui o proselitismo, e com isso, a comunidade cristã cresce, no conhecimento recíproco, abrindo-se à possibilidade de um testemunho comum<sup>489</sup>.

### 5.2.5.3. Diálogo interreligioso

O movimento ecumênico tem como finalidade levar a concretização do Evangelho no meio dos pobres. O *Documento de Aparecida* diz que a Igreja é a casa dos pobres<sup>490</sup>, então, a palavra grega *oikuméne*, que o Novo Testamento emprestou do mundo cultural da época, que está, na raiz da palavra *ecumênico*, pode ser traduzida como “*mundo*”, como casa de convivência de todos, como “*universo*”<sup>491</sup>. O universo sendo a casa de Deus é o local de convivência de toda a humanidade (cf. Mt 24,14; At 17, 31; Hb 2, 5). O ecumenismo, pensado como movimento pela unidade dos cristãos, deve ser pensado, também, como macroecumenismo do diálogo interreligioso, que tem em vista a unidade de toda a humanidade. Aqui, a unidade ganha o significado, de convivência, na diversidade de culturas, religiões e visão de mundo<sup>492</sup>. Tendo como base a criação do ser humano como imagem e semelhança de Deus, essa unidade protege as pessoas contra qualquer discriminação racial, religiosa ou de gênero<sup>493</sup>.

Reforçando novamente o que diz o *Documento*, hoje em dia, as fronteiras traçadas entre as ciências se desvanecem. Compreendendo o diálogo dessa forma, surge a ideia de que nenhum conhecimento é totalmente autônomo. Essa realidade abre um vasto terreno de oportunidades à teologia para interagir com as ciências sociais<sup>494</sup>. Diante disso, hoje, o diálogo estabelece uma abertura para a compreensão de si mesmo e dos outros. O conhecimento religioso também não é

<sup>488</sup> Cf. DAp 225.

<sup>489</sup> Cf. Ibid., 233.

<sup>490</sup> Cf. Ibid., 8; 224.

<sup>491</sup> Cf. SUESS, P. op. cit., p. 260.

<sup>492</sup> Cf. SUESS, P. op. cit., p. 260.

<sup>493</sup> Cf. DAp 97; 533.

<sup>494</sup> Cf. Ibid., 124.

autônomo. Esse conhecimento depende, também, das mediações sociais, históricas, culturais, econômicas e políticas, todas essas mediações condicionam a compreensão da experiência religiosa e a prática da fé<sup>495</sup>.

Essas mediações são, também, formas de diálogo interpessoais e interdisciplinares. O diálogo interreligioso se insere, nesse vasto diálogo de compreensões incompletas e historicamente situadas, nos mistérios divinos e humanos. Compreendendo o diálogo teologicamente, avançamos para compreensão de que ele não é um instrumento para construir a verdade, mas sim, para aproximar-se dela com Jesus de Nazaré, e ir além<sup>496</sup>. *“A aproximação interdisciplinar e comunitária aos mistérios da vida e da fé é mais profunda e abrangente que uma aproximação solitária e fechada dentro de uma só disciplina. Nenhum grupo humano pode afirmar que tem acesso à totalidade da verdade”*<sup>497</sup>.

Aparecida, ao admitir que nenhum conhecimento é completo, situa o diálogo-interreligioso num espaço em que acontece a abertura entre cristãos e não cristãos. Por isso, como dissemos anteriormente, deve-se distinguir entre o diálogo interreligioso, o diálogo com os não crentes, e o diálogo ecumênico<sup>498</sup>. A presença da Igreja entre as religiões não cristãs é realizada com muito empenho, discernimento e testemunho<sup>499</sup>. Para isso, segundo Aparecida, deve-se investir, no conhecimento das outras religiões, no conhecimento teológico-pastoral, e na formação de agentes competentes<sup>500</sup>. Aparecida ainda reafirma que é *“pelo sopro do Espírito Santo e outros meios conhecidos por Deus que a graça de Cristo pode, de modos diferentes, alcançar a todos o que Ele redimiu, além da comunidade eclesial”*<sup>501</sup>.

É, na convivência cotidiana, que todos os homens e mulheres devem se respeitar reciprocamente, e ter o direito de viver comunicando suas convicções com os outros. É nesse diálogo, no dia-a-dia, que está presente a confissão da

---

<sup>495</sup> Cf. SUESS, P. op. cit., p. 261.

<sup>496</sup> Cf. Ibid. p. 261.

<sup>497</sup> Ibid., p. 261.

<sup>498</sup> Cf. DAp 232.

<sup>499</sup> Cf. Ibid., 237.

<sup>500</sup> Cf. Ibid., 238.

<sup>501</sup> Ibid., 236.

própria fé e seu anúncio. Esse anúncio faz parte da necessidade que temos de falar daquilo que dá sentido à nossa vida e, ao mesmo tempo, nos faz crescer<sup>502</sup>.

Puebla já havia refletido sobre esse caráter testemunhal e respeitoso do diálogo e advertiu para “*as exigências de lealdade e integridade da parte de ambos interlocutores*”<sup>503</sup>. Essa lealdade com as próprias convicções da comunidade religiosa e a integridade do seu conteúdo que são os pressupostos do diálogo. Aparecida se preocupa com a missão e anúncio, que sempre acompanha a reflexão sobre o diálogo interreligioso, e afirma: o diálogo inter-religioso não substitui a missão nem o anúncio<sup>504</sup>. A missão exige o diálogo e o diálogo “*se fundamenta justamente na missão que Cristo nos confiou*”<sup>505</sup>.

Aparecida invoca um novo Pentecostes “*que nos liberte do cansaço, da desilusão e da acomodação ao ambiente*”<sup>506</sup>, é pelo sopro do Espírito Santo<sup>507</sup> e outros meios conhecidos por Deus, que a graça pode alcançar a todos que Ele redimiu e vai para além da comunidade eclesial, porém de formas diferentes.

### **5.3. Perspectivas**

#### **5.3.1. É possível um novo modelo de Igreja?**

##### **5.3.1.1. Agora nossa esperança e tarefa**

Depois da V Conferência em Aparecida, acreditamos ser possível construir um novo modelo de Igreja, queremos construir esse projeto, dentro da Igreja em comunhão com a Igreja universal. Esse novo modelo de Igreja não é marginal e nem paralelo à Igreja já existente. Precisamos pensar, no futuro, e delinear a possibilidade de construir o que esse *Documento de Aparecida* nos oferece como proposta e, acima de tudo, construir o sujeito que o torne possível, tanto em sua dimensão pessoal quanto coletiva<sup>508</sup>.

Para a maior parte de nosso povo, a sociedade urbana se tornou o novo ambiente de vida, dentro dele se movimenta mais de 70% da população, todas elas vivem marcadas pelo ritmo deste ambiente. Hoje, como também, no futuro, a

<sup>502</sup> Cf. SUESS, P. op. cit., p. 262.

<sup>503</sup> DP 1114.

<sup>504</sup> Cf. DAp 238.

<sup>505</sup> Cf. SUESS, P. op. cit., p. 262.

<sup>506</sup> DAp 236.

<sup>507</sup> Cf. Ibid., 236.

<sup>508</sup> Cf. RICHARD, P. op. cit., p. 92.

realidade não é mais a mesma da Idade Média, nessa época, só os “homens de Igreja” tinham acesso ao conhecimento e formação. Agora, a realidade é bem diferente, os clérigos formados em filosofia e teologia não estão mais diante de leigos e leigas ignorantes e sem formação, pelo contrário, hoje são eles que sabem. Eles é que entendem de física, de técnica, de sociologia e de máquinas, enquanto seus “pastores”, em muitos casos, é que são leigos<sup>509</sup>.

Ao mesmo tempo, devemos tomar consciência e aceitar que muitas coisas dentro da Igreja não vão mudar, ao menos neste século, como o celibato obrigatório, suas concepções, no campo da ética sexual, a participação da mulher em todos os níveis de ministérios e outras coisas mais. Observamos que há uma crise irreversível, de um determinado modelo dominante hoje na Igreja. Mas observamos, também, que outro modelo é possível, sempre no interior da mesma Igreja. Consequentemente precisamos ser realistas, e evitar toda contradição com o modelo de Igreja dominante que está em crise, e crescer lá onde se encontram nossas forças para construir e crescer<sup>510</sup>.

Onde estão nossas forças? Podemos retomar de forma global e sistemática toda a tradição de reforma que foi proposta pela Igreja no Concílio Vaticano II, nas Conferências de Medellín, Puebla e Aparecida, esses locais nos indicam o caminho a seguir, e também nos dão forças para construir um novo modelo de Igreja que buscamos, como também, o sujeito capaz de construí-lo.

Os elementos básicos que não podem faltar são: o método ver, julgar e agir; as comunidades eclesiais de base (como aparecem e Puebla e Aparecida); formação permanente dos agentes de pastoral, especialmente os leigos e leigas; participação da mulher em todos os níveis ministeriais; a Teologia da Libertação e todas as teologias diferenciadas e específicas de libertação na América Latina e no Caribe; espiritualidade libertadora, com toda sua exigência e formas concretas de realização; movimento bíblico<sup>511</sup>. Isso é apenas o começo de uma proposta, para começar a caminhada. O final da V Conferência é apenas o começo de uma nova tarefa, temos elementos teológicos e a força espiritual suficiente para começar a trabalhar<sup>512</sup>.

<sup>509</sup> Cf. BLANK, R., *Ovelha ou protagonista: A Igreja e a nova autonomia do laicato no século 21*, São Paulo: Paulus, 2006, p. 5.

<sup>510</sup> Cf. RICHARD, P. op. cit., p. 93.

<sup>511</sup> Cf. RICHARD, P. op. cit., p. 94.

<sup>512</sup> Cf. Ibid., p 95.

### 5.3.1.2. A Igreja e a autonomia do laicato

O grande desafio para a Igreja é o de conhecer e compreender a nova realidade que se manifesta, no decorrer de nossa caminhada, e depois, reagir de maneira nova e inovadora. Para que isso seja possível, precisamos conhecer os verdadeiros anseios dos habitantes de nossa sociedade. Conhecer suas angústias, seus desejos e frustrações. O trabalho evangelizador deve responder a esses anseios e frustrações<sup>513</sup>.

No decorrer de sua história, a Igreja sempre esteve tentada a se fechar dentro de si mesma. E sempre o Espírito de Deus quebrou este muro de proteção, isso porque, sistemas fechados não fazem parte do projeto de Deus. Toda a história da Igreja é exemplo de construção de sistemas, e de sua desconstrução seguinte na Ação do Espírito Santo. Algumas vezes essa desconstrução foi de maneira súbita e espetacular, como foi o Concílio Vaticano II. Outras vezes, porém, acontece quase sem se perceber de maneira tranquila e silenciosa. Talvez esse seja um momento silencioso<sup>514</sup>.

Na base da fé cristã, não encontramos uma doutrina, mas Alguém, encontramos um Deus vivo e dos vivos. A fé cristã nasce, no dinamismo do mistério da Encarnação, nasce de um Deus que por sua vontade quis revelar-se no seio da história e não num texto. Alguém que se encarnou, numa cultura específica, e deu testemunho de valores e verdades de alcance universal, isso implica estar sempre em espírito de busca e de um discernimento mais profundo da Verdade. Acima de tudo, o cristão é um peregrino, um garimpeiro da Verdade que habita em nós, de forma misteriosa porque nos ultrapassa infinitamente<sup>515</sup>.

É preciso ter coragem de continuar seguindo os passos do Concílio Vaticano II. Nesse Concílio, como já foi visto, e nos anos seguintes, observamos um imenso esforço em dar à palavra leigo um significado positivo. Mas, mesmo assim, a grande preocupação com a noção de leigo, por muitas vezes, ofuscou o verdadeiro ponto chave da base de toda a discussão, isto é, a base de todo o agir cristão é o seu enraizamento em Jesus Cristo. Edward Schillebeeckx analisou, de

<sup>513</sup> Cf. BLANK, R. op. cit., p. 14.

<sup>514</sup> Ibid., p. 32.

<sup>515</sup> Cf. BRIGENTI, A. *A Igreja do futuro e o futuro da Igreja, perspectivas para a evangelização na aurora do terceiro milênio*. São Paulo: Paulus, p.48.

maneira profunda, essa problemática, vale a pena ressaltar algumas de suas reflexões: “Definiu-se o característico de ser leigo, na relação com o mundo, enquanto a relação com a Igreja caracterizaria o clérigo. A dimensão eclesial de todo ‘*Christifidelis*’ (aquele que tem fé em Cristo) e sua relação com o mundo se desfigurou assim para dois lados. O clérigo tornou-se um homem ‘apolítico’ da Igreja; o laicato tornou-se uma pessoa politicamente engajada, no mundo, e pouco engajada nas coisas eclesiológicas. A partir dessa perspectiva, o estado ontológico do novo homem, renascido pelo batismo do Espírito santo, assim não foi reconhecido no seu valor próprio. Ele foi compreendido unicamente a partir do ‘status’ do clérigo’. Ser clérigo, no entanto, não é nem status nem classe, é uma função de serviço na Igreja”<sup>516</sup>.

A problemática desse enfoque levantado por Schillebeeckx permanece, de alguma forma, presente, na mentalidade cristã, até hoje. O Concílio Vaticano II acentuou fortemente a superação desse ponto de vista, encontramos um sinal de grandiosidade em nossa Igreja. Tanto, no Concílio, como após o mesmo, encontramos nas discussões teológicas, todo tipo de enfoques problemáticos, que são devidamente registrados, em seus Documentos, detecta-se, com isso, a presença do Espírito Santo que guia sua Igreja<sup>517</sup>.

Na verdade, é real essa Igreja que já formulou todas as bases dogmáticas para a realização de tal mudança. A base dogmática já existe. Ela só não foi, ainda, colocada totalmente em prática. Mas o novo virá, está vindo, pelo simples fato de essa Igreja ser guiada pelo Espírito Santo. Esse Espírito, porém, é um espírito de inovação e transformação, que conduz sua Igreja a caminho de ser: Uma igreja de comunhão e participação; Uma Igreja do Povo de Deus; Uma Igreja dos Pobres; Uma Igreja toda ministerial; Uma Igreja de colegialidade entre os pastores que superam todo o centralismo; Uma Igreja com um verdadeiro protagonismo do laicato que recupera a dignidade de todos os filhos e filhas de Deus<sup>518</sup>.

Para Aparecida, essa renovação eclesial implica, também, o impulso desse Espírito renovador, uma organização pastoral que promova o protagonismo das mulheres e garanta sua efetiva presença, nos diversos ministérios, assim como nas

<sup>516</sup> Cf. BLANK. R. op. cit., p. 57.

<sup>517</sup> Cf. Ibid., p. 57.

<sup>518</sup> Cf. Ibid., p. 100-101.

esferas de planejamento e decisão<sup>519</sup>. É necessário, na América latina, como disse o papa, superar uma mentalidade machista, que ignora a novidade do cristianismo que reconhece e proclama “igual dignidade e responsabilidade da mulher em relação ao homem”<sup>520</sup>.

Essa Igreja se encontra em permanente estado de missão, que exige permanente estado de conversão de nossas comunidades, que consiga ir além de uma pastoral de mera conservação, para uma pastoral decididamente missionária<sup>521</sup>. Nessa pastoral de conservação, ainda é escasso o acompanhamento do laicato, para que possam desempenhar suas tarefas de serviços à sociedade, bem como, a evangelização existente, ainda permanece com pouco ardor missionário e sem novos métodos e expressões, ainda permanece uma ênfase, no ritualismo, sem um itinerário formativo adequado<sup>522</sup>. Diante dessa realidade contraditória ao Reino de Vida em abundância de Jesus Cristo, a exigência é de construir uma Igreja em permanente estado de missão, promotora da vida em plenitude para a pessoa inteira, e para todas as pessoas, isso implica uma conversão pastoral, e uma renovação eclesial<sup>523</sup>. Em vez de parar naquilo que já conseguimos no que diz respeito ao protagonismo dos leigos e leigas, devemos ter coragem de dar um passo adiante.

Devemos nos conscientizar do protagonismo dos batizados, o protagonismo dos cristãos, o protagonismo dos seguidores de Cristo. Eis aqui o verdadeiro protagonismo, nesse lugar, cada um tenta ser protagonista dentro de um programa escrito e formulado pelo próprio Jesus cristo. Coordenando e, ao mesmo tempo, entrelaçando suas ações dentro de um Espírito de comunhão é participação, agindo de acordo com o paradigma do corpo humano, enfatizado por São Paulo: “Já não sou eu quem vive, mas é Cristo que vive em mim”<sup>524</sup>.

Nesse protagonismo, ninguém vai reclamar direitos maiores, cada um vai agir a partir de seus carismas e, ao mesmo tempo, submete seus carismas ao grande projeto de transformação deste mundo, conforme os parâmetros do Reino

---

<sup>519</sup> Cf. DAp 454.

<sup>520</sup> Cf. DAp 453.

<sup>521</sup> Cf. DAp 370.

<sup>522</sup> Cf. BRIGENTHI, A. *Para Compreender O Documento de Aparecida, o pré-texto, o contexto e o texto*. São Paulo Paulus, p. 97.

<sup>523</sup> Cf. *Ibid.*, p. 97.

<sup>524</sup> Cf. *Ibid.*, p. 97.

de Deus. Eis o único modelo que realmente corresponde aos planos de Nosso Senhor Jesus Cristo!<sup>525</sup>

Diante disso, com os olhos da fé, estamos desautorizados a olhar para história com uma visão pessimista, como profetas de calamidades. Isso equivaleria assumir, sermos incapazes de aprender com a história, e o pior, não aceitarmos a nossa própria história. Confiantes, no Espírito que conduz a Igreja através dos tempos, cabe-nos, como cristãos, olhar para o futuro não como uma ameaça, mesmo diante das dificuldades, é certo, são muitas, mas as possibilidades também são. É, na descoberta dessas possibilidades novas, que será possível tornar presente o Evangelho de Jesus Cristo, como instância de sentido na nova civilização emergente<sup>526</sup>. “O fenômeno da globalização, da descoberta das culturas e das novas características da experiência religiosa, no contexto da crise da modernidade, longe de se constituir num simples obstáculo à tarefa da evangelização, abre-lhe novos horizontes”<sup>527</sup>. Se fizermos uma leitura da conjuntura atual, como um novo “sinal dos tempos”, podemos, então, projetar novas características da Igreja, como “sinal do Reino”, num futuro próximo.

---

<sup>525</sup> Cf. *Ibid.*, p.122.

<sup>526</sup> Cf. BRIGHENTI, *A Igreja do futuro e o futuro da Igreja*, p. 29.

<sup>527</sup> *Ibid.*, p. 29.